



Caderno Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº1/2024

Data da disponibilização: Quinta-feira, 13 de Junho de 2024.

DEJT Nacional

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Nise Pedroso Lins de Sousa

Desembargadora Presidente do TRT da 6ª Região

Sergio Torres Teixeira

Desembargador Vice-Presidente do TRT da 6ª Região

Fabio André de Farias

Desembargador Corregedor do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739

Bairro do Recife

Recife/PE

CEP: 50030902

Telefone(s) : (81) 32253200

14ª Vara do Trabalho do Recife

Edital

Edital EDHPI-0014016749-2024

Processo Nº 0000612-05.2020.5.06.0014

Processo Nº 00612/2020-014-06-00.5

Exequente	MARCONI FRANCISCO DE LIRA
Advogado(a)	ROSINEIDE CASTRO BARROS DE CARVALHO(OAB: 20104)
Executado	PEDRO FELIX BARRETO FILHO
Advogado(a)	CRISTIANO SIMIAO PEIXOTO DE OLIVEIRA(OAB: 43730)

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) PEDRO IVO LIMA NASCIMENTO , Juiz(íza) do Trabalho da VARA DO TRABALHO 14ª DO RECIFE , na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos este edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que o(a) leiloeiro(a) abaixo indicado(a), devidamente autorizado(a) por este juízo, promoverá a alienação, por ARREMATACÃO PÚBLICA, apenas na modalidade online com fulcro no art.1º da Resolução Administrativa TRT-26/2017 (atualizada em 07.11.2023; DEJT Edição 3844/2023; p.1-9), a iniciar-se após a publicação do presente Edital de Praça no DEJT(Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho) e a subsequente disponibilização do lote na plataforma digital do(a) leiloeiro(a) abaixo especificado(a); e a encerrar-se em sessão, de forma virtual, a ser realizada no dia 19/09/2024 , com início às 12:00 (horário local) e com transmissão em tempo real, disponível no site(plataforma eletrônica) de responsabilidade do(a) leiloeiro(a) designado(a), em praça única, do(s) bem(ns) abaixo especificado(s) e penhorado(s) nos presentes autos, a quem oferecer maior lance. A sessão de fechamento do leilão inicia-se no horário acima especificado (fuso horário de Pernambuco) e termina com o apregoamento do último

Edital de Praça (sem previsão de horário), observando, preferencialmente, o ordenamento crescente da numeração das Varas participantes do pregão, por meio dos respectivos lotes/processos designados para a pauta. O interessado poderá ofertar os lances _ na plataforma do(a) leiloeiro(a) _ até o momento anterior ao encerramento do lote, mediante uso de login e senha, individual e confidencial, obtidos após cadastros previamente homologados junto ao CPTec/TRT6 (<https://www.trt6.jus.br/portal/leilao-judicial>) e também no site do(a) respectivo(a) leiloeiro(a). Será admitido _ antes do encerramento da sessão de leilão _ o repasse (reapregoamento) de lotes não arrematados, caso haja solicitação de licitante interessado. O(s) bem(ns) penhorado(s) nos presentes autos poderá(ao) ser alienado(s) pelo lance mínimo de 50%, calculado sobre o valor da avaliação do(s) mesmo(s). O percentual de lance mínimo não vincula ou pressupõe o deferimento do lance apresentado, ainda que supere o valor mínimo pré-estabelecido. A sessão de leilão, na modalidade exclusivamente eletrônica, deverá observar o dispositivo normativo específico (Resolução Administrativa-026/2017) ou aquele que vier a substituí-lo, reformá-lo ou que se proponha a regulamentar os procedimentos em consonância com os princípios da administração pública. O arrematante deverá efetuar, com diligência, o pagamento dos valores integrais do lance e da comissão do(a) leiloeiro(a) a título de 5% (cinco por cento) obtidos sobre o valor da arrematação e, em seguida, no prazo de 24h(após a ciência do deferimento do lance) ou na forma determinada pelo juízo competente, comprovar todos os pagamentos devidos. O arrematante/alienante ficará isento dos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados e Municípios e Distrito Federal, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa (art.130, parágrafo único do CTN), em conformidade com o art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho. Descrição do bem: Apartamento 504, localizado no 5º pavimento elevado EDIFÍCIO OPALA, situado à Rua Jean Emile Favre, 355, Imbiribeira, nesta cidade, constituído de uma sala de estar/jantar, circulação, uma varanda, dois quartos sociais, um WC social, cozinha, área de serviço e dependência completa para empregada e uma vaga de garagem no pilotis, com área privativa de 92,31m², sendo 80,48m² de área útil no respectivo pavimento e 11,73m² de área de garagem no pilotis, área comum de 35,78m², área total de 128,99m² e 0,04161 de fração ideal de terreno e demais coisas comuns, estando o citado edifício construído em lote de terreno próprio, nº 2-B, da quadra 20, do Loteamento Jardim Mauricéia, lote esse resultante do remenbramento dos lotes 1-A e 2-A, da mesma quadra e Loteamento, confrontando-se dito imóvel, considerada a posição de quem dentro olha, para a Rua Jean Emile Favre; pela frente, com a citada Rua Jean Emile Favre; lado direito, com uma Rua Projetada; lado esquerdo, com os Edifícios Onix, Safira e Jade,

situados à Rua Jamaica, nºs 324,306 e 100 respectivamente; e pelos fundos, com a Rua Itamaracá, e o citado apartamento com frente para Rua Itamaracá. Localização do bem: JEAN EMILI FAVRE, 355, IMBIRIBEIRA, RECIFE, PE, CEP:51190450. Valor da Avaliação: R\$ 250.000,00. Data da Penhora: 09/05/2022. Fiel Depositário: PEDRO FELIX BARRETO FILHO. Valor da Execução: R\$ 42.741,72. Leiloeiro(a) Oficial Designado(a): ROBERTO JACINTO PINHO JUNIOR. Site do(a) Leiloeiro(a) Oficial Designado(a): <http://www.hastavip.com.br>. Restrições à Arrematação: A penhora foi realizada com os dados constantes da certidão narrativa do cartório de imóveis e com diligência realizada no edifício, onde foi informado que o edifício possui 6 andares, um elevador, s. O arrematante/alienante ficará isento dos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados e Municípios e Distrito Federal, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa (art.130, parágrafo único do CTN), em conformidade com o art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

O presente edital segue assinado eletronicamente pelo(a) servidor(a) da Secretaria da Vara abaixo identificado(a), por ordem do Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(iza) do Trabalho acima identificado(a).

Consulta

